



Número: **0801167-14.2019.8.15.0631**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Juazeirinho**

Última distribuição : **09/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AMADEU MANOEL (AUTOR)		ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26940 873	17/12/2019 10:00	Decisão	Decisão
31353 643	08/06/2020 11:01	Petição	Petição
31353 648	08/06/2020 11:01	PEDIDO DE AMADEU MANOEL	Outros Documentos
32319 564	15/07/2020 11:12	Despacho	Despacho
32954 417	05/08/2020 15:51	Documento de Comprovação (PAGAMENTO DE CUSTAS)	Documento de Comprovação
32954 418	05/08/2020 15:51	AMADEU CUSTAS 1	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
34692 625	24/09/2020 08:44	Certidão	Certidão
37931 386	13/01/2021 11:53	Despacho	Despacho



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Juazeirinho

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801167-14.2019.8.15.0631

DECISÃO

Vistos, etc.

O CPC de 2015 inovou para aqueles cujo pagamento integral das custas processuais pode se revelar excessivamente oneroso e, assim, criar hipótese de restrição de acesso à Justiça. Diz o art.98 do Código de processo Civil atual:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

(...)

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

Além do parcelamento, da concessão com referência a determinados atos, poderá, ainda, ser reduzido o percentual a ser antecipado do valor total devido, como mencionado no § 5º do art. 98 do CPC.



Desse modo, entendo que a determinação de pagamento do valor integral das custas e despesas processuais traria à parte autora uma sobrecarga para a manutenção da empresa, haja vista o valor elevado da tabela de custas do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Assim, a fim de garantir o acesso à justiça e da mesma forma garantir o pagamento de valores devidos aos gastos públicos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual (as custas judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades específicas da Justiça – art.98, §2º, da CF), CONCEDO PARCIALMENTE A JUSTIÇA GRATUITA em relação ao pagamento de todas as verbas do art. 98, §1º, do CPC/2015, remanescendo, contudo, o dever de pagar custas judiciais (custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambos reduzidos ao percentual de apenas 10% do valor original.

Permito ainda à parte, caso assim solicite depois do pagamento da primeira prestação, a possibilidade de parcelamento do valor em até 3 (três) vezes mensais (art. 98, §6º, CPC/2015).

Informo que no PJE a Guia, em valor inferior ao mínimo, poderá ser retirada junto ao Distribuidor ou através do sistema na

área destinada à “Custas Finais”, haja vista limitação do sistema.

Por fim, ressalto que a decisão que concede a gratuidade está condicionada à cláusula *rebus sic standibus* e não gera preclusão para o juízo. Registro, inclusive, que os valores pagos poderão ser objeto de ressarcimento caso a parte autora obtenha sucesso (art. 82, §2º do CPC/2015).

Desse modo, determino à parte autora o recolhimento das custas processuais e diligência iniciais reduzidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição da presente ação (artigo 290, CPC/2015).

Do contrário, deverá o autor, emendar a inicial no mesmo prazo, no sentido de comprovar, de maneira fundamentada, a necessidade do benefício integral da gratuidade de justiça, sob pena de, em não o fazendo, o pedido ser indeferido.

Após, certifique-se o valor das custas conforme os parâmetros fixados nessa decisão, emitindo-se a Guia de Recolhimento.

Diligências e intimações necessárias.



Cumpra-se.

Juazeirinho/PB, data e assinatura eletrônica.

Diego Garcia Oliveira

Juiz de Direito EM SUBSTITUIÇÃO



..



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA
DA COMARCA DE JUAZEIRINHO/PB.**

PROCESSO: 0801167-14.2019.8.15.0631

AMADEU MANOEL, devidamente qualificado nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT**, que move em desfavor de **SEGURADORA LIDER S/A**, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, através de seu procurador signatário, apresentar:

<p>PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA</p>

pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

I. DA TOTAL HIPSSUFICIÊNCIA DO AUTOR

O Autor propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em desfavor da Requerida objetivando receber o valor complementar da indenização pertinente ao SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, decorrente ao acidente de trânsito.

Não obstante, em virtude hipossuficiência, vez que ficou sem condições para trabalhar (amputação da perna) percebe atualmente apenas 70% de um **benefício do INSS**, não obstante com esse pequeno benefício mantém toda sua família com este benefício, não tendo, portanto, nenhuma condição econômico-financeira de arcar com custas ou honorários do processo sem comprometer os alimentos e sobrevivência de sua família.

Impende salientar que a despeito de não recorrer a DEFENSORIA PÚBLICA, não impede na impossibilidade da GRATUIDADE DA JUSTIÇA.



Pelo acima exposto, vem pugnando, destarte, pelo **DEFERIMENTO**
INTEGRAL DA GRATUIDADE DA JUSTICA, pelas razões acima.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Juazeirinho/PB, 08 de junho de 2020.

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES
OAB/PB 25682





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Juazeirinho

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801167-14.2019.8.15.0631

DESPACHO

Indefiro o pedido de reconsideração.

Ademais, existe recurso próprio para a irresignação.

Recolha as custas no prazo de 05 dias, sob pena de indeferimento da inicial.

Intime-se. Cumpra-se. Diligências necessárias.

Juazeirinho, data eletrônica.

Juíza de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR(A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRINHO/PB.

JUNTADA DE DOCUMENTO

Proc. Nº: 0801167-14.2019.8.15.0631

AMADEU MANOEL, já qualificado nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** por seu procurador que esta subscreve, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com o devido acato e respeito de estilo, requerer a **JUNTADA DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTOS DAS CUSTAS JUDICIAIS**, em atendimento a decisão proferida (ID do documento: **32319564**).

Nesses termos,

pede deferimento.

Juazeirinho/PB, data e hora da validação do sistema.

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES

OAB/PB 25.682

(assinado digitalmente)




**Poder Judiciário do Estado da Paraíba**

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas

Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via da parte)

Nº do Processo:	0801167-14.2019.815.0631	Comarca:	Juazeirinho	Classe Processual:	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Numero do boleto:	063.6.20.00182/01
						Data de emissão:	24/07/2020
						Data de vencimento:	31/07/2020
Número da	063.2020.600182	Tipo da	Custas Finais			UFR vigente:	R\$ 51,78
Detalhamento				Promovente	AMADEU MANOEL	Conta FEJPA:	1618-7/228.039-6
- Custas Processuais:		R\$ 103,56		Promovido:	SEGURADORA LIDER DOS	Parcela:	1/1
- Taxa Judiciária:		R\$ 20,25			CONSORCIOS DO SEGURO	Valor total:	R\$ 1.239,45
- Taxa bancária:		R\$ 1,35		Valor da causa:	R\$ 13.500,00	Desconto total:	R\$ 1.114,29
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.							
866600000016 251609283188 520200731062 362000182018							
						Valor final:	R\$ 125,16

**Poder Judiciário do Estado da Paraíba**

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas

Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do processo)

Nº do Processo:	0801167-14.2019.815.0631	Comarca:	Juazeirinho	Classe Processual:	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Numero do boleto:	063.6.20.00182/01
						Data de emissão:	24/07/2020
						Data de vencimento:	31/07/2020
Número da	063.2020.600182	Tipo de	Custas Finais			UFR vigente:	R\$ 51,78
Promovente	AMADEU MANOEL	Promovido:	SEGURADORA LIDER DOS			Conta FEJPA:	1618-7/228.039-6
Valor da causa:	R\$ 13.500,00			CONSORCIOS DO SEGURO PRIVAT S.A.		Parcela:	1/1
Detalhamento						Valor total:	R\$ 1.239,45
- Custas Processuais:		R\$ 103,56				Desconto total:	R\$ 1.114,29
- Taxa Judiciária:		R\$ 20,25				Valor final:	
- Taxa bancária:		R\$ 1,35					

REDMI NOTE 8
AI QUAD CAMERA

Rede Mais Voce

Via Cliente

MAGAZINE SÓI CAPITULINO

Pos: 77870001 LT: 282 Doc: 98 Oper: 177870
28-07-20 10:25:32

COBAN: 077870 LOJA 0001 PIV: 000001
28/07/2020 BANCO DO BRASIL 10:25:31
222487001 CORRESPONDENTE BANCARIO 0191

COMPROVANTE PAGAMENTOS COM COD. BARRA

CONVENIO: TRIBUNAL 14 - 45117A-PB

86660000001 25160920318 52020073106
36200018201

NR. DOCUMENTO 10.001

NR. CONVENIO 761.363-0

DATA DO PAGAMENTO 28/07/2020

VLR DO PAGAMENTO 125.16

NR. AUTENTICACAO 6.415 675.336 CEC.50F

REDMI NOTE 8
AI QUAD CAMERA





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Juazeirinho

R JOÃO PESSOA, S/N, CENTRO, JUAZEIRINHO - PB - CEP: 58660-000

Número do Processo: 0801167-14.2019.8.15.0631
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: AMADEU MANOEL
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que já foi feito o recolhimento das custas, conforme petição da parte autora anexa, determinado no despacho ID 3239564.

JUAZEIRINHO, 24 de setembro de 2020
FERNANDA SILVA DOS SANTOS





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Juazeirinho

[Acidente de Trânsito]

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) :0801167-14.2019.8.15.0631

DESPACHO/MANDADO/OFÍCIO_____

Vistos etc.

Vistos, etc.

1. Compulsando os autos, verifico que a petição inicial preenche os requisitos essenciais - arts. 319 e 320, NCPC - e não se trata de improcedência liminar do pedido - art. 332, NCPC.

2. Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, tem-se que a prática forense tem revelado que a parte demandada não costuma promover autocomposição.

3. Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.

4. Nesse passo, CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335, do NCPC), apresente resposta, alertando-o que, caso permaneça inerte, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (NCPC, art. 344), salvo as exceções previstas no art. 345 do NCPC.

5. Oferecida contestação, no prazo legal, caso venha instruída com prova documental e/ou se alegue qualquer das matérias constantes nos arts. 350 e 351, do CPC/2015, intime-se a parte autora para impugnação, no prazo de 15 dias e, na sequência, intemem-se ambas as partes para especificação de provas, ou requerimento de julgamento antecipado do pedido, no prazo comum de 15 dias.



Intimações necessárias.

DOU FORÇA DE OFÍCIO/MANDADO, à presente determinação, com fulcro no Provimento n.º 08 – CGJ, datado de 24.10.2014.

Cumpra-se.

Juazeirinho-PB, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito

